



SÃO PAULO IV URB favelas

Seminário Internacional de Urbanização de Favelas

Dinâmica de remoção e reocupação em Áreas de Preservação Permanente: Desafios socioambientais na urbanização de favelas

*Dinámica de remoción y reocupación en Áreas de Preservación Permanente:
Desafíos socioambientales en la urbanización de favelas*

Escala Quebrada, Abordagem Risco e Meio Ambiente

Carulli, Ellen Emerich

Mestra em Planejamento e Gestão do Território/UFABC; Pesquisadora Associada UFABC
emerich.carulli@gmail.com

Santos, Sabrina Oliveira

Bacharel em Políticas Públicas/UFABC; Pesquisadora do Observatório de Olho na
Quebrada/UNAS
sabrina.oliveira@aluno.ufabc.edu.br

Ferrara, Luciana Nicolau

Arquiteta e Urbanista; Professora Doutora da UFABC
luciana.ferrara@ufabc.edu.br

Pasqueto, Mariana Aparecida Ichikawa

Discente do Bacharelado em Planejamento Territorial/UFABC; Pesquisadora
mariana.pasqueto@aluno.ufabc.edu.br

Mariano, Enzo Calixto de Oliveira

Discente do Bacharelado em Ciências e Humanidades/UFABC; Pesquisador
enzo.calixto@aluno.ufabc.edu.br





1. Introdução

O trabalho apresenta resultados parciais de pesquisa “Favelas urbanizadas em São Paulo: ambiente construído e apropriação no pós-obra”¹, que está em desenvolvimento na Universidade Federal do ABC (UFABC). Neste texto é apresentada uma reflexão sobre a dinâmica de remoção e reocupação de Áreas de Preservação Permanente (APPs) resultantes de urbanização de favelas. Para isso, foram consideradas as intervenções de macrodrenagem ao longo dos córregos Independência, em Heliópolis, e no córrego e Favela do Sapé, respectivamente, na região sudeste e oeste de São Paulo. O objetivo foi analisar os resultados socioespaciais dessas intervenções, o uso e a apropriação dos espaços livres remanescentes, considerando as dinâmicas e os conflitos relacionados à remoção e reocupação. Além disso, buscou-se avançar no debate sobre a dimensão ambiental em favelas, especialmente no que tange às infraestruturas de drenagem, ressaltando que a não abordagem desses conflitos pode comprometer os ganhos sociais e ambientais esperados.

A metodologia englobou a análise das intervenções em APPs e macrodrenagem nas duas favelas. Foram feitas análises de dados secundários socioeconômicos, urbanísticos e ambientais, análise de documentos e projetos de intervenção, revisão bibliográfica, além de entrevistas e visitas de campo.

Em ambos os casos, houve processo de remoção de moradias que se localizavam sobre o córrego visando solucionar riscos de inundação e situações de precariedade habitacional consideradas não passíveis de consolidação. Apesar da intervenção de macrodrenagem, em um curto período de tempo, entre menos de um ano a dois anos, as áreas livres e remanescentes foram reocupadas

¹ A Profa. Rosana Denaldi é coordenadora geral e a Profa. Luciana Ferrara coordena o eixo da Dimensão Ambiental. As autoras agradecem à Fapesp (Processo nº 2022/15132-9) pelo financiamento, e à União de Núcleos, Associações dos Moradores de Heliópolis e Região (UNAS) pela parceria na realização da pesquisa, em conjunto com o Observatório de Olho na Quebrada.



derivadas de dinâmicas socioespaciais complexas envolvendo poderes desiguais, tanto formal (Estado), como informal (domínio armado), ao que se somam as demandas por moradia.

A dimensão ambiental na urbanização de favelas é multipla e abrange riscos, saneamento, qualidade dos espaços coletivos, saúde pública, apropriação dos espaços pelos moradores e a relação das infraestruturas com a moradia. Contudo, os projetos de urbanização de favelas não tem alcançado melhoria da qualidade ambiental de forma integral (Ferrara et al., 2022).

Segundo Travassos e Carulli (2016), os fundos de vale e APPs são cruciais para intervenções de qualificação urbana-ambiental, pois abrigam múltiplas demandas sociais e possibilidades de transformação. Mas respostas setoriais e pouco articuladas aos problemas de saneamento ambiental em contextos de assentamentos precários perpetuam as condições precárias de moradia (Ferrara, 2013).

O processo remoção-reocupação gera novas precariedades e muitas vezes recolocam a população às situações de riscos, estando duplamente suscetíveis e vulneráveis a desastres. Esses riscos resultam de processos sociais e decisões humanas sobre aplicação de recursos, não são naturais (Oliver-Smith et al., 2017). A exposição aos riscos está ligada à desigualdade social e degradação ambiental (Acselrad, 2002) e os variados riscos são definidos pela estrutura econômica e desigualdade de poder (Gould, 2004). As favelas se tornam, em parte, "zonas de sacrifício", onde os maiores encargos ambientais recaem sobre populações discriminadas e de baixa renda (Cunha et al., 2015).

Os estudos de caso analisados demonstram que, embora as infraestruturas e as melhorias nas condições urbanas promovidas pelas intervenções de macrodrenagem sejam importantes, elas são insuficientes para equalizar desigualdades socioambientais. Em muitos casos, o risco principal é equacionado, mas a falta de acompanhamento ou da implementação de projetos



complementares, acabam deixando áreas passíveis a novas ocupações que acontecem reproduzindo precariedades e gerando novos passivos socioambientais, reforçando desigualdades existentes e resultando em perda e ineficácia de investimentos públicos. Dessa forma, estudar e aprofundar o debate sobre os processos de remoção e reocupação é crucial para alcançar ganhos mais efetivos, socialmente justos e duradouros na urbanização de favelas.

Este resumo expandido apresenta uma breve contextualização dos casos de estudo, evidenciando suas principais contribuições para o debate sobre o processo remoção-reocupação em urbanização de favelas. Nas considerações finais, discorre-se sobre a multidimensionalidade e multiescalaridade da dimensão ambiental na urbanização de favelas e recomendações para as políticas públicas.

2. Breve contextualização sobre os casos de estudo: Córrego da Independência, Heliópolis e Córrego e Favela do Sapé, São Paulo

A favela de Heliópolis e a favela do Sapé, embora localizadas em regiões distintas de São Paulo e sob jurisdições de subprefeituras com desigualdades socioeconômicas, compartilham dificuldades no processo de urbanização e pós-urbanização. Em ambas, os projetos de urbanização tiveram etapas de execução interrompidas ou inacabadas, gerando reocupações subsequentes das áreas remanescentes originalmente desocupadas para implementação de infraestruturas de saneamento e drenagem.

Em Heliópolis, as vielas Sabesp e Gaivotas, no núcleo João Lanhoso, eram formadas por moradias precárias, com materiais como madeira e papelão, construídas ao longo e sobre o córrego Independência. Em 2005 essas áreas foram o ponto de partida para a primeira etapa do PAC 1, com o processo de selagem dos imóveis. O projeto tinha como objetivo um tratamento abrangente, incluindo o fornecimento de água, saneamento básico, drenagem e pavimentação.



Além da canalização do córrego (iniciada três anos depois, em 2008), havia a proposta de um parque linear (não executado) e a finalização de um Coletor Tronco de esgotamento sanitário.

Em 2012, no âmbito do Programa de Urbanização e Regularização Fundiária de Assentamentos, foram realizados o cadastro social e a coleta de documentos dos moradores que viviam sobre o córrego, para integrá-los à lista de beneficiários do Auxílio Aluguel ou formarem demanda para reassentamento em futuro conjunto habitacional. Simultaneamente, ocorreram 590 famílias removidas para implementar melhorias na infraestrutura local. Após a realização da canalização, áreas ao longo do córrego ficaram sem destinação e em cada trecho foi observado formas distintas do processo de reocupação.

Na Viela Sabesp as novas construções são áreas para festas, lavanderias e churrasqueiras, como extensões da moradia e que evidenciam a ausência de espaços públicos coletivos. Essas áreas foram construídas em uma das margens do canal, a partir de acordo entre moradores para não construir moradias. Na outra margem, as moradias continuaram com condições inadequadas de insolação e ventilação, e o mercado informal de lotes foi controlado pelo domínio armado.

Na Viela Gaivotas, a reocupação gerou novos problemas de drenagem, com inundações frequentes que afetam as edificações e conexões improvisadas de infraestrutura de saneamento que comprometem a qualidade da água do córrego. A escassez de áreas permeáveis e vegetação agrava o escoamento e deteriora a qualidade ambiental. Também não há previsão de regularização dessas áreas , situação semelhante à observada no Córrego Sapé.

Em 2009, a Favela do Sapé foi selecionada para receber obras de urbanização como parte do PAC para a implantação de infraestruturas e saneamento, contenção de áreas de risco, abertura e pavimentação de ruas, paisagismo, a canalização do córrego e a previsão inicial da construção de 700 unidades habitacionais, divididas em condomínios de A a G. Em 2010, o cadastro das famílias



foi realizado, com o propósito de identificar demanda habitacional e, ao mesmo tempo, definir limites finais para a área de intervenção. Vale destacar que, entre 2004 e 2010, a demanda habitacional triplicou em número de famílias. O projeto resultou na remoção de 1.500 famílias.

Até o momento, o projeto de urbanização da Favela do Sapé não foi finalizado. Inicialmente, as obras previstas pelo PAC deveriam ter sido concluídas em 2015. No entanto, algumas se estenderam até 2017, e dois condomínios (D e E) ainda não foram entregues, são 958 famílias aguardando moradia. A ociosidade do terreno, localizado às margens do córrego, junto da não implantação do parque linear inicialmente pensado, resultou em um processo de reocupação que levou à deterioração da qualidade das águas. A poluição causada pelo esgoto doméstico das novas ocupações e o descarte de esgoto industrial, além do contínuo descarte de resíduos sólidos ao longo do córrego, são problemas verificados ao longo do córrego, em toda parte incidente na área da Favela do Sapé. Devido à situação social precária das famílias do Sapé, a preservação das margens do córrego não é vista como uma prioridade, considerando a necessidade urgente de espaço para habitação. Paralelamente, o domínio armado atuante na área compete e compartilha espaços nessas ocupações por razões que vão além do direito à moradia.

3. Considerações finais

As intervenções urbanísticas nas favelas de Sapé e Heliópolis apresentam desafios socioambientais complexos. Em ambas, as intervenções foram parciais e fragmentadas, envolvendo obras paralisadas ou contratos abandonados, resultando na reocupação de áreas remanescentes e persistência de desigualdades socioambientais. O estudo da dinâmica de remoção e reocupação de APPS nas áreas estudadas colocou em evidência que os projetos de urbanização de favelas e os programas de financiamento frequentemente falham em pré-conceber estratégias tanto preventivas quanto responsivas para lidar com a reocupação dessas áreas. Alterações de projeto e limitações financeiras muitas vezes relegam a segundo plano ou



excluem completamente as soluções destinadas a essas áreas, resultando em intervenções incompletas ou ineficazes.

A presença do domínio armado e um "mercado imobiliário" informal agravam a disputa por áreas livres, já escassas. Muitas famílias ainda aguardam unidades habitacionais (UHs), evidenciando desigualdades entre beneficiados e não beneficiados pelos projetos. A apropriação de espaços remanescentes gerou conflitos de demandas, mostrando a falta de planejamento contínuo e integrado que se faz necessário nas favelas.

A presença da UNAS em Heliópolis foi fundamental para o acompanhamento inicial da equipe técnica da prefeitura a cargo da intervenção, pois fez a mediação com moradores e garantiu a selagem das famílias que ali residiam. Já no Sapé, não se identifica uma forte organização social mas, lutas individualizadas. As organizações comunitárias podem melhor apoiar na mediação e gestão dos conflitos socioambientais.

As intervenções de macrodrenagem em favelas quando resultam só na remoção das margens dos córregos, sem construção conjunta e implementação de projetos para usos coletivos dessas áreas remanescentes geram novos passivos socioambientais. Após as obras, a falta de recursos financeiros e manutenção deixam as áreas livres remanescentes sem uso e vulneráveis à reocupação. A falta de articulação e participação da população local desde a elaboração do projeto contribui para a ausência de senso de pertencimento e cuidado, agravando os problemas.

Ressalta-se que a solução de infraestrutura, além da qualificação da moradia, é essencial para que se melhore o assentamento do ponto de vista urbano e ambiental, sendo que as especificidades da favela demandam soluções técnicas específicas . Apesar da importância das infraestruturas, repensar a forma de se intervir nas favelas, prevenindo processos de reocupação se torna questão importante na redução de riscos, na maior efetividade do investimento público



e na manutenção da qualidade ambiental nesses espaços densos e complexos que são as favelas e suas áreas remanescentes.

6. Referências bibliográficas

Acselrad, Henri. Justiça Ambiental e Construção Social de Risco. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. n. 5. (49-60). Curitiba: Editora UFPR, 2002.

Cunha, Marize Bastos. et al. O desastre no cotidiano da favela: Reflexões a partir de três casos no Rio de Janeiro. **O Social em Questão**, v. 33, 2015. (p. 95–122).

Ferrara, Luciana Nicolau. **Urbanização da natureza: da autoprovisão de infraestruturas aos projetos de recuperação ambiental nos mananciais do sul da metrópole paulistana**. Tese (doutorado em arquitetura e urbanismo) - FAU, USP, São Paulo, 2013.

Ferrara, Luciana Nicolau et al. **A dimensão ambiental na urbanização de favelas: olhares críticos** a partir da drenagem urbana nos projetos do PAC. Rio de Janeiro, RJ: Letra Capital Editora Ltda, 2022.

Gould, Kenneth. Classe social, justiça ambiental e conflito político. In: ACSELRAD, Henri et al. (Org.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Ford, 2004.

Oliver-Smith, Anthony et al.. The social construction of disaster risk: Seeking root causes. In: Marchezini, Victor et al. **Reduction of vulnerability to disasters: from knowledge to action**. (469-474) São Carlos: RiMa Editora, 2017.

Travassos, Luciana; Carulli, Ellen Emerich. Manejo de águas urbanas e habitação de interesse social: questões de planejamento e projeto. **Anais do II Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas**. URBFAVELAS., Rio de Janeiro, 2016.